



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1001043-18.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Rosana Rosa de Lima**
 Requeridos: **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA, BANCO BRADESCO S/A, FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA., FERREIRA AGROTERRA LTDA e HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Rosana Rosa de Lima move ação em face de **Banco Bradesco S/A**, dizendo que a ré Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda. ME emitiu duplicata em nome da autora, sem causa subjacente, endossando-a para o réu que a protestou, ato esse injusto e que atingiu a dignidade da autora, causando-lhe danos morais. Pede a sustação dos efeitos do protesto e a procedência da ação para declarar a inexistência do débito indicado no protesto, condenando o réu ao pagamento de indenização por danos morais, além dos ônus da sucumbência. A autora emendou a inicial para incluir o réu no polo passivo. Documentos às fls. 13/25.

Foi concedida a sustação dos efeitos do protesto à fl. 66. O réu foi citado e contestou às fls. 112/143 dizendo que é parte ilegítima para responder aos termos da lide, e no mérito não apontou nenhum título para protesto, razão pela qual não causou danos morais para a autora. Recebeu o título através de endosso-translativo e é terceiro de boa-fé. Descontou o título da sacadora e passou a ser o titular dos direitos emergentes desse título. Não causou danos morais à autora. Improcede a ação.

Houve réplica. As partes originárias transigiram à fl. 214, ressaltando o direito da autora de prosseguir com a demanda em face do réu Banco Bradesco S/A. Na audiência de fl. 235, esse réu reiterou seus anteriores pronunciamentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É o relatório. Fundamento e decido.

De acordo com a certidão de fl. 20, o réu quem, na condição de endossatário, apontou para protesto a DMI nº NFE-108605, vencimento 05.12.2013, emitida em 28.08.2013, valor R\$ 1.994,20, tendo como devedora a ora autora. O endossatário recebeu esse título da Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda ME.

Por força desse ato, manifesta a legitimidade do réu para responder aos termos dos pedidos que compreendem: declaração de inexistência e inexigibilidade do título e respectivo valor, bem como indenização por danos morais. Nesse sentido a Súmula 475, do STJ.

As demais partes do processo transigiram à fl. 214, que foi homologada. O único que não participou da transação foi o réu, motivo pelo qual a autora pediu o desenvolvimento do processo em relação àquele.

A DMI não foi aceita pela autora. O réu não cuidou de exibir os comprovantes das prestações de serviços ou de venda de produtos efetuados pela sacadora do título em favor da autora. Para o endosso de DMI, desprovida do aceite, indispensável era a conduta prudencial do endossatário exigindo da endossante a prova do negócio subjacente legitimador do saque e circulação daquele título. Nesse sentido o v. acórdão proferido no REsp 332.813/MG, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, 4ª T., j. 09.10.2001, DJ 27.06.2005, pág. 395, RSTJ, vol. 197, pág. 363.

De fato, a DMI referida à fl. 20 foi sacada sem que houvesse negócio subjacente. O réu faltou com a diligência na verificação da regularidade e validade do título objeto do endosso e o apontou para protesto, que foi efetivado, causando assim ilícito civil em prejuízo da autora. Caracterizou-se o dano moral *in re ipsa*. Prescreve a Súmula 475 do STJ: "responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressaltado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas".

Configurado o dano moral em prejuízo da autora, arbitro a indenização a cargo do réu no valor de R\$ 3.000,00, suficiente para compensar aqueles danos e ao mesmo tempo servirá como fator de desestímulo para o réu não reincidir nessa conduta. Observo que os demais réus negociaram com a autora à fl. 214, oportunidade em que o HSBC obrigou-se a lhe pagar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

indenização no importe de R\$ 1.800,00. O valor ora arbitrado mostra-se compatível com o contexto e não é capaz de gerar enriquecimento sem causa para a autora.

JULGO PROCEDENTE a ação para: **a)** declarar inexistente e inexigível a DMI discriminada no relatório e à fl. 20, reconhecendo que a autora nada deve ao réu; **b)** condenar o réu Banco Bradesco S/A a pagar à autora, indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados da citação, 20% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, custas processuais incidentes sobre o valor da condenação. Ressalvo ao réu o direito de regresso contra a endossante, podendo fazê-lo por ação própria. Esta sentença servirá como ofício/mandado para o Tabelionato de Protesto da Comarca de São Carlos para cancelar o protesto de fl. 20 (dados constantes do 1º § da fundamentação).

Depois do trânsito em julgado, intime-se a autora para, em 10 dias, apresentar o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim que apresentado esse requerimento, intime-se o réu para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% (Súmula 517, do STJ) sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intime-se a autora para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 24 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA